

**43ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural
realizada em 12 de junho de 2019
Casa de Oliveira Lima**

1ª CHAMADA		14h30
2ª CHAMADA		15h30
FINAL		18h37
Conselheiro(a)s Sociedade Civil	Titulares	Augusto Ferrer – Arquitetura e Urbanismo Maria do Livramento Aguiar – Artesanato William Wilson de Santana – Circo Masayoshi Matsumoto – Gastronomia Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música Paula de Renor – Teatro Altair Leal Ferreira – Cultura Popular de Matriz Ibérica Tereza Luiza de França – Cultura Popular de Matriz Africana Jocimar Gonçalves da Silva – Movimentos Sociais Andala Pereira da Silva – Zona da Mata
	Suplentes	Rebeka Monita Pinheiro – Artes Visuais/Fotografia Ana Lúcia Mendes da Silva – Gastronomia
Conselheiro(a)s Poder Público	Titulares	Felipe Peres Calheiros – Empresa Pernambuco de Comunicação/EPC
	Suplentes	Silvana Lumachi Meireles – Secult PE Severino Pessoa – Fundarpe
Ouvintes		Janine Ribeiro - Fotografa Secult PE Michelle de Assunção - Comunicação Secult PE
Composição de mesa		Tereza de França Jocimar Gonçalves
Abertura da reunião		Tereza de França repassa as atividades do CEPC realizadas entre 05.05 e 12.06
Pauta	Votações	Encaminhamentos
1. Avaliação do Seminário FUNCULTURA.		1. Críticas e proposições devem ser encaminhadas à Presidência do CEPC – Comissão de organização do Seminário. 2. Guilherme Laureano propõe que o que fora classificado como “outros” nas propostas sistematizadas para o seminário seja revisto para ser trabalhado no próximo.
2. Fala da Superintendência sobre as questões resultantes da reunião extraordinária que ficaram em aberto		
3. Apresentação do nome indicado pelo segmento de Artesanato para compor a Comissão Deliberativa do FUNCULTURA.	1 – abstenção; 15 – favoráveis; 0 – contrários.	Convite à Sra. Marlova Lenz Dornelles para comparecer à reunião do CEPC em julho 2019.
4. Apresentação por Silvana Meireles do Microprojeto		Apresentação do edital na reunião de julho.
5. Solicitação de debate da conselheira Andala sobre o edital de São João e a não vinculação do Cavalo Marinho.		1. Garantir a participação do Cavalo Marinho nos ciclos anuais da Secult Fundarpe futuros, respeitando a decisão da comissão para este momento. 2. Seminário entre CEPC, CEPPC, especialistas e mestres da Cultura Popular ligados ao Cavalo Marinho para nortear a política para a cultura popular. 3. Seminário sobre a tradição Cavalo Marinho como pauta da reunião do mês de julho - dia 03.07, às 14h30. 4. Tereza de França propõe duas reuniões para o mês de julho: dia 3/7 (debate de Cultura Popular e Cavalo Marinho) e 10/7 Reunião Ordinária do

		CEPC.
6.	Pedido de esclarecimento sobre o funcionamento da comissão de revisão de cachês criada pela lei 16454/2018: quem é a comissão, como funciona, como o artista pede alteração de valor, onde são publicados os resultados dos pleitos.	
EXTRAPAUTA		
1. Avaliação do Seminário FUNCULTURA.		
1. Tereza de França	<p>Apresenta balanço de participação de conselheiros e comissões setoriais no Seminário Funcultura, explicando que o(a) conselheiro(a) que sinta necessidade de justificar sua ausência sintam-se à vontade e explica que o balanço está sendo apresentado para que seja feita a reflexão acerca da participação de cada um do(a)s conselheiro(a)s.</p> <p>Guilherme Moura – Pergunta qual o objetivo do levantamento apresentado.</p> <p>Maria do Livramento – Refere ter sugerido a realização do levantamento com o intuito de iniciar o processo de monitoramento dentro do conselho e posicionou-se a favor de que o não comparecimento ao seminário ou demais atividades do CEPC sejam justificadas pelo(a)s conselheiro(a)s. Refere a necessidade de melhorar o planejamento de forma a calendarizar o seminário e minimizar as ausências.</p> <p>Paula de Renor – Afirma a importância de um monitoramento a partir do balanço da participação do(a)s conselheiro(a)s, defende a apresentação de justificativa das ausências devido ao comportamento de alguns/algumas conselheiro(a)s de não frequentarem as reuniões e demais atividades do CEPC. Justifica a ausência de dois membros da Setorial de Teatro ao seminário por terem sido comunicados de vagas para a sua participação sem tempo hábil. Ressalta a ausência de grande parte das comissões setoriais e chama a atenção para a necessidade de levantamento das atividades das comissões setoriais por parte do(a)s conselheiro(a)s. Refere preocupar-se com o possível questionamento acerca da lisura dos processos do CEPC por as decisões estarem sendo sempre tomadas pelas mesmas poucas pessoas.</p> <p>Tereza de França – Informa que, por decisão consensual com os demais conselheiros de cultura popular, a Comissão Setorial de Cultura Popular será coordenada por ela.</p> <p>Aline Oliveira – Esclarece que a data do seminário foi definida pelo CEPC, quando em suas previsões estava para realização em agosto.</p> <p>Guilherme Moura – Elenca uma série de questões sobre o Seminário: Afastamento da setorial de música; Importância do encontro da setorial no seminário com realização de diagnóstico, calendário de reuniões específicas da setorial; Defende a realização de um debate mais filosófico acerca do Funcultura visto que é preciso ter um aprofundamento sobre a complexidade do Fundo; Aponta a ausência de reunião de nivelamento com os conselheiros; Apontou o desnivelamento do conhecimento das setoriais; Ausência de um momento de sensibilização para proposição e sonhos; Ausência de avaliação do processo na plenária final.</p> <p>Tereza de França – Solicita que o conselheiro Guilherme encaminhe suas anotações para que sejam sistematizadas pela comissão que tratará da realização do próximo seminário. Informa que a reunião de nivelamento com o(a)s conselheiro(a)s estava prevista mas fora desmarcada por motivo da greve geral.</p> <p>Severino Pessoa – Refere que as comissões setoriais tinham um peso maior na época anterior à reformulação do CEPC e que, a partir do momento da democratização do CEPC, a legitimidade de representar os segmentos/áreas culturais era do conselho, reconhece a importância da comissão, mas que deveria se ter cuidado com a sobreposição de poderes. Refere que a comissão setorial tem que assumir seu papel e questiona o conselho como organizador e mobilizador da sociedade civil. Refere que o decreto do conselho não prevê a comissão setorial por reconhecer que o conselho é que detém a autoridade da cultura.</p> <p>Silvana Meireles – Rememora a intenção de ampliar a participação popular através das comissões setoriais quando da sua eleição na IV Conferência de Cultura. Refere que a responsabilidade com as comissões setoriais não é da gestão, mas sim do CEPC conforme discriminado no seu Regimento e que tinha que se entender o papel e as responsabilidades do conselho e da gestão frente às comissões setoriais. Afirma sentir-se contemplada nos apontamentos de Guilherme Laureano, mas relata sua frustração com relação aos números de participação e a falta de aprofundamento acerca do que é o Funcultura e a ausência de ousadias com vistas ao avanço no Fundo; Reflete que deveria ter se dado outro dimensionamento ao Audiovisual que teve sua representação esvaziada por terem sido esgotados os debates daquela setorial em reuniões anteriores ao seminário.</p> <p>Altair Leal – Solicita à Tereza de França a relação da comissão setorial de Cultura Popular</p> <p>Paula de Renor – Refere que o seminário tinha que acontecer de qualquer jeito para ser o</p>	

	<p>“pontapé” para o próximo e reflete que muito(a)s conselheiro(a)s não sabiam o real motivo da realização do seminário. Aponta um desnivelamento nas informações dos participantes e propõe como resolução para esse problema a aproximação do conselho com a setorial, relatando as atividades preparatórias dos conselheiros de Teatro junto a sua setorial. Sugere, para o próximo seminário, a livre participação no dia da discussão setorial e propõe que seja realizada no seminário a avaliação anual do Funcultura, assim como, a proposição de alterações de curto, médio e longo prazo;</p>
<p>2. Fala da Superintendência do Funcultura sobre as questões resultantes da reunião extraordinária que ficaram em aberto.</p>	
<p>1. Aline Oliveira</p>	<p>Informa que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos ao resultado do Funcultura – publicação prevista para até ser publicados até a 17.06; 2. Reunião da Comissão Deliberativa marcada para 13.06 a qual terá como pauta os recursos ao resultado; 3. Termos de compromisso – todos os produtores foram convocados para assinar os termos até o dia 6 de maio e que até o dia 7 de junho 88 produtores do edital geral e 14 do edital da música ainda não haviam entregado o documento; 4. Quanto ao Audiovisual – fala sobre o atingimento da contrapartida dos 50% do FSA e fala sobre os motivos pelos quais ainda não foi atingida a contrapartida necessária e demais pendências relacionadas aos pagamentos dos projetos desse edital. <p>Silvana Meireles e Aline Oliveira explicam para o CEPC como se dá a relação entre Funcultura e FSA para liberação de recurso.</p> <p>Silvana Meireles – Solicita à Aline Oliveira que envie as informações de pagamentos para Coordenadoria do Audiovisual para que haja o repasse das informações para o Conselho Consultivo do Audiovisual.</p> <p>Paula de Renor – Pergunta se o pagamento das parcelas está normalizado.</p> <p>Aline Oliveira – Refere que os pagamentos estão sendo realizados.</p>
<p>3. Apresentação do nome indicado pelo segmento de Artesanato para compor a Comissão Deliberativa do FUNCULTURA.</p>	
<p>1. Tereza de França</p>	<p>Relembra o processo pelo qual foi definida a indicação, com a apresentação de currículos pelo CEPC e cujo único apresentado foi enviado pela conselheira Maria do Livramento, a Sra. Marlova Lenz Dornelles.</p> <p>Maria do Livramento – Faz a defesa de sua indicação.</p> <p>Tereza de França conduz a votação com a aprovação da indicação.</p> <p>Jocimar Gonçalves – Pede que a representante seja convidada à próxima reunião do conselho para conhecimento de todo(a)s.</p>
<p>4. Apresentação por Silvana Meireles do Microprojeto.</p>	
<p>1. Silvana Meireles</p>	<p>Propõe que a pauta seja apresentada na próxima reunião.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acatada pelos presentes.
<p>5. Solicitação de debate da conselheira Andala sobre o edital de São João e a não vinculação do Cavalo Marinho.</p>	
<p>1. Tereza de França</p>	<p>Contextualiza a inserção da pauta, por sua importância de debate pelo CEPC e pedido de esclarecimentos à Secult/Fundarpe dos motivos pelos quais o Cavalo Marinho não ter sido enquadrado no Ciclo Junino de 2019. Informa da presença do Diretor da Associação de Cavalos Marinhos de Pernambuco – Felipe Matarazo. Estabelece como metodologia para a pauta: 1. Conselheira Andala apresentará suas considerações, sendo seguida pela Comissão de Avaliação do Ciclo Junino. 2. Abertura de inscrições para o pleno e debate. 3. Tempo de fala de 3 min. 4. Teto de 30 minutos para a discussão do tema.</p> <p>Andala Pereira – Apresenta seu questionamento a partir do resultado de análise de vínculo da comissão de análise do São João da Fundarpe que excluiu o Cavalo Marinho. Informa que foi recebida prontamente pela secretaria executiva da Secult e que enviara, como defesa da participação no Ciclo, informações do inventário sobre o Cavalo Marinho realizado pelo Iphan que descreve o Cavalo Marinho como manifestação popular que realiza atividades a partir do mês de junho, exemplifica que as Loas/Toadas do Cavalo Marinho fazem referência a São Pedro sendo, portanto, ligado também ao Ciclo Junino. Reproduz áudio do Mestre Grimário e de Mestre Nice nos quais defendem o Cavalo Marinho como expressão que vai do São João ao Carnaval.</p> <p>Andreza Portela, Coordenadora de Música da Secult PE e Presidente da comissão de análise de vínculo do Ciclo Junino - Explica que a comissão que é composta por pessoas selecionadas a partir de seleção pública, através de comprovação curricular e de experiência</p>

	<p>com o segmento cultural. Informa que esse é o 4º ano em que o edital dos Ciclos apresenta a divisão em categorias e os percentuais aplicados a cada uma. Explica como se dá a montagem das programações a partir da parceria com as Prefeituras e as diferenças estabelecidas do edital de 2018 para o de 2019. Disponibiliza para consulta os currículos dos componentes da comissão, atas das reuniões, pareceres técnicos e inventário da Gerência de Patrimônio sobre o Cavalo Marinho. Prossegue com leitura do parecer da Comissão de Análise de Vínculo explicando a não vinculação do Cavalo Marinho ao Ciclo Junino e dando suas recomendações.</p> <p>Andala Pereira - Apresenta suas considerações a partir de relato de sua experiência com a comissão técnica que atuou no inventário do Cavalo Marinho, questionando a falta de relação que a academia com a realidade do brinquedo. Refere não concordar com a desvinculação do Ciclo Junino de um brinquedo que começa no mês de junho e refere que a tradição não está sendo respeitada. Refere que estão registrados no IMC cerca de 20 grupos, e que destes, 5 estão em atividade e que apenas 2 grupos se inscrevem nos editais. Reflete e chama a atenção para uma política que está acabando com os brinquedos populares no lugar de preservá-los.</p> <p>Felipe Matarazo, Associação de Cavalos Marinhos – Ressalta da fala de Andala Pereira as considerações sobre o edital que dá esperanças ao brinquedo e que ao não vincula-lo com o Ciclo Junino o desestimula. Fala sobre as dificuldades dos mestres em atender a solicitação de documentação feita pelo Governo em sua Secretaria de Cultura e demais órgãos de controle. Solicita que seja pensado algo voltado para a manutenção do brinquedo popular dentro dos terreiros, um incentivo que permita a realização da brincadeira em sua totalidade em seu local de tradição. Fala que até o ano passado o Cavalo Marinho entrava no São João e no Carnaval, que por não trabalharem nos ciclos os mestres estão desistindo de manter seus grupos. Solicita cópia do parecer lido por Andreza Portela para apresentar aos grupos na Associação.</p> <p>Rebeka Monita – Apresenta seus motivos por ausentar-se do CEPC, pede que seja incluída na pauta da próxima reunião a separação do assento de Artes Visuais e Fotografia e apresenta seu apoio à solicitação da conselheira Andala, pontuando que é questão da Secretaria de Cultura olhar para o Cavalo Marinho com “carinho” por tratar-se de um dever.</p> <p>Paula de Renor – Critica o processo academicista de definir as expressões e brinquedos da Cultura Popular e refere que a justificativa da exclusão do Cavalo Marinho poderia ser dada por decisão de adequação e distribuição orçamentária, por uma escolha de distribuição de renda dentre os brinquedos populares, mas não por eles não se vincularem ao Ciclo.</p> <p>Guilherme Moura – Refere que a Cultura Popular não pode se adaptar aos editais, que o CEPC precisa discutir a forma com a qual se pode incluir esses brinquedos nos 3 Ciclos Festivos do Estado. Dá como exemplo a criação de espaços específicos para a Cultura Popular cuja proponente e manutenção não dependam apenas das Prefeituras. Ressalta a importância das comissões, defende o debate que ocorreu na Comissão do Carnaval e que não se pode deslegitimar a comissão, que caso se proponha alguma alteração na questão do Cavalo Marinho que ela não venha a deslegitimar a decisão da comissão.</p> <p>Tereza de França – Defende o respeito ao trabalho das comissões, mas refere entender que o parecer apresentado diz que o Cavalo Marinho se vincula ao ciclo junino, mas não se limita àquele. Considerando a fala de Andreza Portella, refere ter listado algumas considerações feitas que caracterizam o Cavalo Marinho e questiona como as características apresentadas não se enquadram no que é esperado para o Ciclo Junino. Afirma que deve se rever a leitura que a comissão havia feito sobre a manifestação, sem desrespeitá-la.</p> <p>Williams Santana – Refere acreditar na forma legítima e democrática que têm sido feitas as seleções do governo a partir das análises por comissões selecionadas para esse fim. Fala sobre o fato da Cultura Popular ter o governo como um de seus poucos, senão único, contratantes e do processo de adaptação que esses grupos e seus dirigentes estão passando para se adequarem às exigências das contratações governamentais. Refere que o fazer Cultura Popular independente de ciclo festivo e que é necessário expandir a discussão para outros brinquedos da Cultura Popular a fim de se chegar a uma definição de como será o tratamento dado às suas expressões e brincadeiras.</p> <p>Teresa Amaral, Coordenadora de Cultura Popular da Secult PE – Ratifica a seriedade da comissão e informa da presença da Coordenadoria de Cultura Popular quando do início da discussão acerca do Cavalo Marinho e que não era esperado que o segmento se inscrevesse no Ciclo Junino. Explica como vêm se dando os editais dos Ciclos e que este momento é de conquista para a sociedade civil por se tratar de um processo democrático e participativo. Refere o cuidado que a comissão teve em fazer o parecer de forma diferenciada para o Cavalo Marinho; as dificuldades em se fazer contratação de Cultura Popular para a programação das prefeituras, mas que estão sendo destinados apoios a encontros de Cultura Popular para atuar na salvaguarda das tradições.</p> <p>Marcelo Renan, Coordenação de Patrimônio Imaterial da Gerência de Patrimônio – Explica para a plenária como se dá a produção de um inventário, sendo levantadas informações,</p>
--	---

	<p>muitas vezes contraditórias, dos próprios mestres. Refere que um inventário apenas instrui a política pública não limitando qual manifestação deverá ser priorizada e em que momento essa priorização deve ser feita. Informa que Coordenação de Patrimônio Imaterial foi consultada e atuou junto à Comissão para definir o que seria priorizado no Ciclo Junino, assim como nos outros ciclos e fala sobre a necessidade de se investir em políticas de salvaguarda de acompanhamento irrestrito e anual para a Cultura Popular com o desenvolvimento de programas e ações continuados.</p> <p>Altair Leal – Lê para a plenária os critérios da Prefeitura do Recife para o Edital do Ciclo Junino em contraste ao Edital do Governo do Estado e propõe a criação de uma Comissão do CEPC para discutir esse caso.</p> <p>Silvana Meireles – Refere estar satisfeita com a discussão atual, que finalmente o CEPC está debatendo a política cultural para o estado e que é necessário o aprofundamento na questão para que possa se refletir acerca do instrumento da política pública que é o edital e como esse instrumento tem sido confundido com a própria política. Concordando com Sra Marlova Lenz Dornelles, refere que a Secult Fundarpe possui uma política de salvaguarda, mas que aquela ainda não possui recurso suficiente para abraçar todo o universo da Cultura Popular. Sugere que a discussão acerca de uma política para a Cultura Popular seja aprofundada através da realização de seminário com a presença do CEPC, especialistas da Secult Fundarpe, especialistas da “academia”, mestres e representantes do Cavalo Marinho e o Conselho de Preservação. Que esse debate possa instruir os próximos editais e chama a atenção para a necessidade de realizar o encontro entre a “academia” e os “brincantes” de forma que a colaboração entre eles possa potencializar o trabalho de ambos os campos.</p> <p>Andala Pereira – Informa que enviou por e-mail um ofício com proposições que podem ser levadas ao seminário.</p> <p>Tereza de França – Propõe duas reuniões no mês de julho: dia 3/7 (debate de Cultura Popular e Cavalo Marinho) e 10/7 Reunião Ordinária do CEPC.</p>
6. Pedido de esclarecimento sobre o funcionamento da comissão de revisão de cachês criada pela lei 16454/2018.	
1.	<i>Pauta não tratada.</i>
INFORMES	
1. Silvana Meireles	Anuncia que Ana Paula Reis será a pessoa que assumirá, por nomeação em DO, como Secretária Executiva do CEPC e a mesma também assumirá a gestão da Casa dos Conselhos a partir do mês de julho, 2019.
2. Tereza de França	<p>Informa que o relatório do FIG foi enviado a todo(a)s o(a)s conselheiro(a)s com solicitação de contribuições, não houve contribuições até o momento e ainda falta complemento a algumas narrativas que dependiam dessas contribuições do(a)s conselheiro(a)s que estiveram presentes no FIG ou não.</p> <p>Foi solicitado a Mario Jarbas (Secult) a tabulação, análise dos dados e construção de tabelas/gráficos.</p>
3. COMISSÕES TEMÁTICAS	<p>Jocimar Gonçalves, Comissão de Comunicação – Primeira reunião da comissão de comunicação aconteceu no seminário do CEPC; Definição do papel principal da comissão como construir visibilidade para as ações do CEPC; Participação de entrevista na Rádio XXX, na qual foi debatida a política cultural do Estado;</p> <p>Comissão de Editais – O regimento do CEPC voltou da análise jurídica com a recomendação de readequação do papel do conselho em sistematizar os editais, visto que a lei do conselho não prevê esse papel para o CEPC, sendo essa responsabilidade do executivo, portanto, dos funcionários da Secult/Fundarpe. Fala sobre proposta da conselheira Rebeka Monita de realização do monitoramento do São João, que foi acatado pela comissão.</p> <p>Silvana Meireles – Esclarece que assessoria de apoio ao governador checkou a incompatibilidade entre o regimento e a lei que cria o CEPC. Apresenta como responsáveis pelos editais os Gerentes da Secult/Fundarpe. Sobre o monitoramento do São João refere que o CEPC precisa conversar com a Fundarpe para checar as possibilidades de realização.</p> <p>Paula de Renor, Comissão Ética e Jurídica – Foi iniciado o levantamento dos faltosos para comparativo que ainda não foi concluído.</p> <p>Williams Santana, Articulação e Integração – Foram realizadas duas reuniões e seu nome foi referendado como coordenação da comissão. Definiu-se horário e local de realização das reuniões da comissão em horário comercial e em equipamento da Secult/Fundarpe. Foi deflagrado o levantamento dos conselhos e órgãos de gestão da cultura do estado e foi feito contato com o conselho de Camaragibe. Informa que a comissão recebeu pedido de apoio do conselho do Cabo de Santo Agostinho para aprovação de seu Sistema Municipal de Cultura.</p>
4. Silvana Meireles	Apresenta Roberto Azoubel como novo Coordenador de Literatura da Secult.

5. Tereza França	de	Informa que o crachá do CEPC já passou por revisão e está em cotação. Silvana Meireles – Informa que o crachá está garantido, mas que só agora foi liberado o orçamento da Secult.
6. Tereza França	de	Informa do encaminhamento de expedientes recebidos: Documentos de Circo, Dança e Artesanato.
7. Tereza França	de	Pontos tratados em audiência com a Vice-Governadora: Ajuda de custo, pagamento de caches e pontos de cultura; Convite à sua participação em uma reunião do CEPC, que poderá ser no mês de julho/2019;
8. Jocimar Gonçalves		Está em vias a construção da minuta do edital do Prêmio Teca Carlos de reconhecimento cultural. A previsão é de que o prêmio aconteça em novembro ou dezembro. A minuta ainda passará por apreciação do CEPC e resolução de alguns pontos, incluída a possibilidade de remuneração.
9. Felipe Peres		Informa da realização de audiência pública da EPC e da finalização do atual mandato em setembro. Refere que na audiência representantes do Audiovisual expuseram sua preocupação com o futuro da EPC, com a falta de uma seleção de novos profissionais. Fala sobre a possibilidade da EPC se aproximar/integrar à Secult por tratar-se da única TV pública brasileira que não é ligada à secretaria de comunicação, cultura ou educação. Refere que pode trazer esse debate ao CEPC, caso seja do interesse do(a)s conselheiro(a)s.
10. Silvana Meireles		Presta esclarecimentos ao CEPC acerca dos desdobramentos do Fundo Setorial do Audiovisual. Informa que o edital do Audiovisual será decidido em uma próxima reunião da Ancine, possivelmente na reunião (terça-feira) do dia 19 de junho, com previsão de lançamento do Edital do Audiovisual até o dia 30 de junho. Solicita que pautas referentes a assuntos da competência da gestão da Secult/Fundarpe seja avisadas com prazo superior a 48h para que a equipe possa preparar material a contento.
11. Paula de Renor		Agradece em nome do CEPC a condução e produção do seminário do Funcultura pela Presidenta Tereza de França.